



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA**  
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PROJUDI**  
**Rua Mal Floriano Peixoto, 314 - Centro - União da Vitória/PR - CEP: 84.600-901 - E-mail:**  
**uv-6vj-s@tjpr.jus.br**

**Autos nº. 0003056-85.2020.8.16.0174**

Processo: 0003056-85.2020.8.16.0174

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Valor da Causa: R\$12.332,36

Polo Ativo(s): • LUIZ CARLOS VALPERES (CPF/CNPJ: 294.705.609-49)  
Estrada Braulina Pigatto, 1526 - de 2 a 3750 - lado par - Bom Jesus - UNIÃO DA  
VITÓRIA/PR - CEP: 84.607-303 - E-mail: luizcarlosvalperes24@gmail.com

Polo Passivo(s): • Banco Daycoval S/A (CPF/CNPJ: 62.232.889/0001-90)  
AV PAULISTA, 1793 - BELA VISTA - SÃO PAULO/SP - CEP: 01.311-200

Vistos etc.

Em primeiro lugar, me desculpo com as partes e seus advogados pela lavratura tardia da sentença, fora do prazo estipulado, porque estive de licença médica até 13/06/2021, por conta de uma queda com fratura óssea.

Trata-se de ação de declaratória com pedido indenizatório ajuizada por Luiz Carlos Valperes em face de Banco Daycoval S.A. em que a parte autora sustentou, em síntese, que procurou a instituição financeira para contratar um empréstimo consignado, mas o desconto foi realizado no cartão de crédito.

Em contrapartida, a ré aduziu a validade da contratação.

É a síntese do essencial.

Decido.

Vencidas essas questões, ausentes nulidades ou outras preliminares e prejudiciais, passo ao mérito.

A matéria apresentada ao juízo deve ser analisada sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a parte autora é considerada consumidora, na forma do artigo 2º da Lei nº. 8.078/90 (CDC) e o réu fornecedor de serviços, consoante a disposição legal contida no artigo 3º da mesma legislação.

Embora tenha decidido anteriormente de outra forma, atualmente filio-me ao entendimento adotado pela nossa Turma Recursal ao analisar inúmeros processos da mesma natureza.

Pois bem.

O empréstimo consignado em benefício previdenciário decorrente de



contrato de cartão de crédito é expressamente previsto na Lei 13.172/15 (artigo 6º, §5º), sendo que a retenção da Reserva de Margem Consignável (RMC) é autorizada a contratos de empréstimo consignado por cartão de crédito, “desde que expressamente autorizada” (Instrução Normativa do INSS n. 39/2009, art. 3º, item III).

No caso em apreciação, o autor não se desincumbiu do ônus de provar (CPC, artigo 373, I) a ocorrência de falha no dever de informação (CDC, artigo 6º, III) ou de algum vício do consentimento no momento da celebração do contrato.

O fato de acreditar estar firmando contrato de empréstimo consignado propriamente dito e posteriormente constatar que a cobrança se opera pelo desconto de fatura mínima junto a cartão de crédito consignado não invalida o negócio jurídico expressamente admitido por lei e com cláusulas redigidas de forma compreensível.

Além disso, em momento algum o autor questionou a veracidade da assinatura aposta no contrato ou negou o recebimento do crédito, evidenciando, assim, a sua expressa adesão ao crédito consignado. Há prova de que o banco efetuou o depósito em favor da autora, o que foi confirmado em audiência.

Porém o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução porque ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor.

Daí por que deve ser declarada a nulidade da cláusula contratual que permite o desconto contínuo de valor proporcional do mútuo pela fatura mínima do cartão sem data correta para quitação integral da dívida visto que:

- a) estabelece obrigações abusivas (CDC, artigo 51, IV);
- b) está em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (CDC, artigo 51, XV); e,
- c) onera demasiadamente o consumidor (CDC, artigo 51, §1º, III).

A referida nulidade da cláusula contratual não invalida o contrato (CDC, artigo 51, § 2º).

Em observância ao princípio da boa-fé objetiva (CC, artigo 422) e para evitar o enriquecimento ilícito da parte, uma vez que o valor do crédito foi depositado em conta corrente do consumidor, se faz necessário adequar o contrato nos seguintes termos:

- a) o montante recebido à título de crédito pela parte autora deverá continuar a ser objeto de desconto junto à margem consignável. O desconto, todavia, não se dará sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito, mas sim pelo saldo



residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC, tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, pois não há previsão no contrato (que prevê somente encargos para cartão de crédito), sendo esta a consequência do reconhecimento da abusividade da cláusula contratual.

Em síntese: os pagamentos já efetuados serão abatidos de eventual saldo devedor existente, prosseguindo-se os descontos pelo valor fixo já estipulado junto a RMC em tantas parcelas quanto suficientes para alcançar a quitação do valor já recebido pelo autor.

Por sua vez, não é cabível a restituição em dobro dos valores pagos (CDC, artigo 42, parágrafo único) porque não se afigura hipótese de engano justificável e muito menos de má-fé da instituição financeira.

Mas, havendo quitação com pagamento a maior, situação a ser aferida em cumprimento de sentença, deverá o montante residual que extrapolar o valor nominal ser restituído em dobro à parte autora acrescido de correção monetária e juros legais (CDC, art. 42, parágrafo único, parte final), porque aí resta configurado pagamento indevido.

Da mesma maneira, não é cabível indenização por danos morais em face da absoluta ausência de provas de qualquer repercussão nos direitos da personalidade da parte autora. Trata-se, na realidade, de mero prejuízo material, já compensado com a restituição dos valores pagos a maior.

No mesmo sentido, é o entendimento recente da Turma Recursal:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO - SAQUE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO DA AUTORA. CONSUMIDOR QUE PRETENDIA CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E OBTVE O NUMERÁRIO POR MEIO DE SAQUE EM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. MODALIDADE CONTRATADA – SAQUE POR CARTÃO DE CRÉDITO – QUE LEVARIA TEMPO MUITO SUPERIOR PARA SER ADIMPLIDA QUE A OUTRA FORMA DE CONTRATAÇÃO – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO. CONTRATAÇÃO QUE COLOCA O CONSUMIDOR EM DESVANTAGEM EXAGERADA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 39, IV, V, E 51, IV E § 1º, DO CDC. NULIDADE DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. DEVER DO CONSUMIDOR DE DEVOLVER OU COMPENSAR OS VALORES RECEBIDOS PELO CONTRATO NULIFICADO, CORRIGIDOS MONETARIAMENTE. DEVOLUÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ATÉ O LIMITE DOS SAQUES EFETUADOS, CORRIGIDOS MONETARIAMENTE. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. DANOS MORAIS DECORRENTES DA CONDUTA DO BANCO. VERIFICAÇÃO. ATITUDE ALTAMENTE REPROVÁVEL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. OFERTA DE CONTRATO EXTREMAMENTE DESVANTAJOSO, EM DETRIMENTO DE CONTRATO SOLICITADO PELO CONSUMIDOR. QUANTUM



FIXADO COM A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO BIFÁSICO. PROVIMENTO. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA DA CONSUMIDORA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA A SEREM INTEGRALMENTE SUPOSTOS PELO BANCO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Apelação Cível nº 0011730-94.2017.8.16.0194 15ª Vara Cível de Curitiba. Relator: Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho. Publicado em 31 de agosto de 2020.

À luz do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, formulado por Luiz Carlos Valperes em face de Banco Daycoval S.A. com fulcro no art. 487, I, CPC, a fim de:

DETERMINAR que a ré, no prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado adeque o contrato e os descontos, mantendo o desconto junto à margem consignável, sobre o saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC (e não sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito), tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Como efeito secundário da sentença, determino que os valores pagos pela parte autora a título de TARIFA (43.2, p.4) serão computados como parte da liquidação do empréstimo, vez que tais taxas não existem no empréstimo consignado propriamente dito, além do dever de evitar o enriquecimento ilícito.

Os valores cobrados a título de IOF em virtude de juros do rotativo, serão arcados pelo Banco requerido, uma vez que se a operação tivesse sido realizada apenas como consignado normal, incidiria uma única vez. Portanto, caberá a instituição financeira demonstrar de que forma efetuou a cobrança do IOF no valor depositado na TED. Caso haja cobrança após o crédito, esses valores deverão ser reembolsados à paetê pelo requerido.

Verificada a quitação com pagamento a maior, situação a ser aferida pelo juízo singular e devidamente comprovada pela parte autora, CONDENAR a parte reclamada à restituir o montante residual que extrapolar o valor nominal, em dobro, com correção monetária a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação, observado o prazo prescricional trienal (Recurso Inominado 0002240-87.2017.8.16.0181, 0013751-38.2017.8.16.0131 e 0025416-14.2017.8.16.0014)

Estabeleço o prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado desta sentença para a instituição financeira adequar o contrato e os descontos aos termos aqui definidos, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Expeça-se ofício ao Banco Central para ciência da irregularidade na captação de clientes fora da instituição bancária vedada pela Instrução Normativa nº 28/08 do INSS, artigo 4º, I, considerando a hipossuficiência e hipervulnerabilidade do requerente, na forma do Estatuto do Idoso, artigos 2º, 3º e 4º.



Expeça-se ofício ao Presidente do INSS para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas àquele órgão, eis que estão flagrantemente burlando nas leis que regem essa matéria ( Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99;4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Intimem-se.

Sem ônus sucumbenciais, em decorrência do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, motivo pelo qual deixo de analisar eventual pedido de gratuidade.

Transitada em julgado, arquivem-se.

Diligências necessárias.

JEANE CARLA FURLAN<sub>H</sub>

Juíza Supervisora

